

SOBRE O TSUNAMI DO BANCO MASTER O QUE JÁ É POSSÍVEL APRENDER E COLOCAR EM PRÁTICA?

RI

O PAPEL DA **GOVERNANÇA** NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS **FRAUDES FINANCEIRAS**

por **DANILO GREGÓRIO**

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

EM PAUTA

CGO

CHIEF GOVERNANCE OFFICER POR QUE TODA COMPANHIA BRASILEIRA PRECISA TER UM?

Cinco crises corporativas em três anos expuseram o mesmo padrão estrutural. O Brasil tem Código de Governança, Comitês Estatutários e Novo Mercado. Mas é o único entre as principais jurisdições que não exige um **Chief Governance Officer**, profissional dedicado a operar a governança nos 353 dias do ano em que o Conselho não está reunido. A pergunta deixou de ser se vamos institucionalizar o cargo... e sim: quando e a que custo de aprendizado?

por **MARCELO MURILO • ELSIE SARMENTO • IAEL LUKOWER • BEATRIZ KOWALEWSKI**

n° 301
MAI 2026



QUANDO O CUIDADO VIRA CÁRCERE

Dois filmes latino-americanos recentes oferecem uma reflexão poderosa sobre os desafios da longevidade. À primeira vista, pertencem a registros muito diferentes. O brasileiro *O Último Azul*, de Gabriel Mascaro, utiliza a linguagem da distopia para imaginar um país em que o Estado decide resolver o “problema” da velhice por meio de uma solução administrativa. O argentino *27 Noites*, inspirado no caso real de Natalia Kohen, mergulha em um drama familiar marcado por disputas patrimoniais, laudos médicos questionáveis, internação coercitiva e tutela judicial. Um olha para o futuro. O outro parte de um episódio concreto. Ainda assim, ambos convergem para a mesma pergunta essencial: quem decide a vida de quem envelhece?

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Em *O Último Azul*, a personagem Tereza, aos 77 anos, continua trabalhando, produzindo, desejando, agindo e projetando o futuro, mas passa a ser tratada como alguém cuja existência precisa ser tutelada pelo Estado em nome da eficiência coletiva. O filme mostra, com rara inteligência, que o etarismo moderno nem sempre se manifesta como hostilidade explícita. Muitas vezes, surge embalado em discursos de organização, cuidado e racionalidade. A profunda violência contra a personagem é travestida de cuidado.

Em *27 Noites*, a lógica é semelhante, embora em escala íntima e brutal. A protagonista, Martha Hoffman, inspirada na milionária argentina Natalia Kohen vê sua autonomia ser contestada por suas duas filhas, que conseguem interná-la e deixá-la incomunicável em um manicômio por 27 noites, supostamente com laudos psiquiátricos falsos. O

que, no filme brasileiro, aparece como máquina estatal, no argentino surge no interior da família. Se em *27 Noites* o conflito é atravessado por patrimônio e poder no interior de uma família rica, em *O Último Azul* a ameaça à autonomia aparece na velhice de quem dispõe de poucos recursos e está mais exposto à racionalidade do Estado.

Tanto Martha Hoffman, interpretada pela atriz franco-argentina Marilú Marini, quanto a personagem ficcional Tereza, interpretada pela atriz brasileira Denise Weinberg, têm em comum uma enorme vontade de viver e a recusa da tutela, seja do Estado, seja das filhas.

Esse é o ponto de encontro entre as duas obras. Ambas revelam que a longevidade contemporânea se tornou um território de disputa entre autonomia e tutela. O desafio

de viver mais não se resume a financiar décadas adicionais de existência ou a lidar com questões de saúde. Envolve preservar algo ainda mais valioso: o direito de continuar sendo sujeito da própria vida.

As duas obras também tocam em um tabu pouco debatido: a sexualidade das pessoas idosas e o direito ao prazer. Parte da infantilização da velhice nasce justamente dessa recusa. Quando se nega ao idoso a possibilidade do desejo sexual, abre-se caminho para negar também sua capacidade de escolher.

Há uma ironia silenciosa nesse processo. Quanto mais a sociedade avança em medicina, tecnologia e expectativa de vida, maior pode se tornar a tentação de administrar os idosos como se fossem um grupo homogêneo, incapaz ou inconveniente. Em nome da proteção, corre-se o risco de reduzir pessoas inteiras a objetos de gestão. A velhice deixa de ser etapa da vida e passa a ser tratada como problema operacional.

Os dois filmes, cada um a seu modo, nos lembram de uma verdade desconfortável: o maior risco de envelhecer é a perda gradual da liberdade. E essa reflexão interessa a todos, porque, salvo acidente de percurso, todos serão velhos um dia. O debate sobre longevidade, portanto, não diz respeito apenas aos velhos de hoje. Diz respeito ao tipo de velhice que estamos construindo para os jovens de hoje.

No caso real de Natalia Kohen, nunca ficou completamente provado que ela estivesse plenamente lúcida nem totalmente incapaz. O desfecho judicial acabou reconhecendo uma solução intermediária, com limitações e tutela parcial. Isso torna a história ainda mais relevante. Na vida real, muitos conflitos ligados à velhice não se resolvem entre inocentes e culpados, mas em zonas cinzentas em que afeto, patrimônio, envelhecimento e interesses se misturam.

A questão não se limita a casos extremos, cinematográficos ou judiciais. Ela aparece também nas decisões comezinhas da vida cotidiana, aquelas que corroem a autonomia sem alarde. Se o idoso quiser fumar, beber ou comer alimentos que tenham restrições médicas, ele tem o direito de fazer isso? Os filhos ou netos podem impedir? Se ele recusar tratamentos médicos, pode ser forçado a aceitá-los? Será que os filhos têm esse direito? E o Estado tem o direito de determinar uma idade-limite para um idoso dirigir ou atuar em alguma atividade profissional?

Podemos e devemos impedir que crianças adotem comportamentos que atentem contra sua saúde e sua integridade

física, mas podemos fazer isso com idosos? E este é um ponto interessante que Martha põe em xeque quando questiona com firmeza as pessoas que insistem em tratá-la com palavras no diminutivo, como se fosse uma criança.

É justamente por isso que preparar-se para envelhecer significa mais do que acumular recursos financeiros. É preciso definir regras, planejar cuidados e conversar sobre limites. Mas significa também preparar os filhos e aqueles que um dia poderão responder pelo idoso para compreender algo essencial: enquanto houver discernimento, a liberdade do titular deve prevalecer.

É comum que o controle seja justificado em nome do amor e da proteção. Mas, volto ao ponto anterior: quando amamos uma criança, temos o dever moral de preservar sua saúde e sua integridade física. Mas fazer isso com um idoso também é amor?

Há ainda um fator importante nesse conflito: o dinheiro. Muitas famílias cometem um erro conceitual grave. Confundem expectativa futura com direito presente. O filho pensa: “isso um dia será meu”. A frase parece inocente, mas pode produzir enorme deformação moral. O patrimônio dos pais passa a ser visto como herança antecipada. Gastos pessoais tornam-se dilapidação. Novos relacionamentos viram ameaça. Generosidade com terceiros passa a ser suspeita. A autonomia começa a ser tratada como imprudência.

Quando esse raciocínio se instala, o idoso deixa de ser sujeito e passa a ser depositário de ativos. Um ponto fundamental é que os filhos entendam que não existe herança de quem está vivo; o que existe é patrimônio de alguém vivo.

O dinheiro, quando bem utilizado na velhice, pode comprar algo precioso: autonomia. Pode financiar ajuda profissional, conforto, saúde, mobilidade, experiências e dignidade. O verdadeiro avanço civilizatório não está apenas em fazer as pessoas viverem mais, mas em permitir que continuem sendo sujeitos da própria história enquanto vivem. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO, CFP
é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e diretor da Alento Educação Financeira.
jurasell@gmail.com